



FREGUESIA
NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÕES

Município de Braga

PONTO 1

Ata n.º18/2016 – Mandato de 2013-2017

Assembleia de Freguesia de 28 de dezembro de 2016



Ata Número 18/2016

Mandato de 2013-2017

----- Aos 30 dias do mês de Setembro de 2016, pelas 21H30, no Edifício Sede da Freguesia de Nogueira Fraião e Lamações, sito na Rua do Agrelo, n.º17 – Nogueira – 4715-156 Braga, Concelho e Distrito de Braga reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia sob a presidência de Carlos Eurico Dourado Teixeira Leite, com a assistência de Elisabete Pinheiro Teixeira, como Primeiro Secretário, e de Ana Daniela Oliveira Pereira, como Segundo Secretário.

----- **Maioria Legal.** – O Presidente da Assembleia comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença dos membros da **Coligação Juntos por Braga (PPD/PSD-CDS/PP-PPM)**, Hélder Duarte Pinheiro Teixeira, Anabela Pires Ribeiro Teixeira Romão e de Eduardo Filipe Barbosa de Araújo – que passou a membro efetivo por renúncia de José Manuel das Dores Machado; do **Partido Socialista (PS)**, Alberto Barroso Afonso, Susana Rafaela Ferreira Leite e Teresa Maria da Silva Ferreira; da **Coligação Democrática Unitária (CDU)** Bárbara Seco de Barros; e da **Cidadania Em Movimento (CEM)**, André Manuel Gomes de Matos, em substituição de Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues.-----

----- Joana Maciel Ferreira da Costa, membro do **PS** não se apresentou na sessão ordinária da Assembleia de Freguesia e não pediu a sua substituição. -----

----- Francisco Augusto Martins Ferreira membro do **PS** informou formalmente que faltaria à sessão pelo que seria substituído por Luís Carlos Ferreira Fernandes que, no dia da sessão, faltou e não apresentou pedido de substituição. -----

----- Apresentaram-se ainda, Maria do Sameiro Ribeiro Fernandes e Maria do Sameiro Gonçalves Peixoto, membros do **PS** para substituírem Luís Carlos Ferreira Fernandes e Joana Maciel Ferreira da Costa, respetivamente. No entanto, e apesar de o Presidente da Assembleia ter permitido que ocupassem assento na Assembleia de Freguesia, estes membros não se constituem como substitutos legais dos elementos faltosos na medida em que estes, ao não comunicarem por escrito a sua substituição ao Presidente da Assembleia, de acordo com o estipulado no n.º2, do artigo 78.º da Lei 169/99, de 18/9, com as devidas alterações, não podem ser substituídos. -----

----- Desta forma, Maria do Sameiro Ribeiro Fernandes e Maria do Sameiro Gonçalves Peixoto, membros do **PS** não podem ser consideradas, na presente reunião, membros da Assembleia de Freguesia em exercício de funções. -----

----- **O Presidente da Assembleia** de Freguesia abriu a sessão e no **período aberto ao público** perguntou se havia alguém interessado em fazer a sua inscrição para poder intervir. -----

----- Inscreveu-se o cidadão José Barbosa Ferreira e a cidadã Ana Carina Graça. -----

----- José Barbosa Ferreira dirigiu-se à Junta de Freguesia para apresentar a intervenção, que a seguir se transcreve: -----

----- *"Cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia e seus membros, cumprimentos à Sra. Presidente do Executivo e seus membros.* -----

----- *Sra. Presidente: Li com atenção a entrevista concedida ao DM, onde destaca os trabalhos de melhoramento na piscina, a frequência elevada de banhista e o aspeto visual através de fotografia.* -----

----- Sobre os melhoramentos na piscina, ou em qualquer espaço físico da freguesia, concordo com tudo que seja feito para o bem-estar dos cidadãos. Falta quanto a mim plantar 2 ou 3 árvores de copa frondosa (talvez iguais às do parque de apoio à igreja) conforme já manifestei esta ideia em 2014, na assembleia de Junho. Evitava-se guarda sois que para uma piscina não deve funcionar como um acessório de proteção solar. -----

----- Também se referiu ao movimento registado de banhistas nesta época balnear dizendo que para além destes, também as associações foram tomadas em conta. Aqui, lembro, já no passado era assim, Sra. Presidente. Em menor escala porque se tratava apenas de Nogueira. Mas á coisas que estão para lá dos políticos. O tempo... Sim o tempo, que bom que é não ser dominado pelos humanos. Temos às vezes a tentação de expressar regozijo quando se nota aumento "neste caso" de banhistas e se pensa que é obra do trabalho politicamente exercido. Não, não é. -----

----- Lembro, que desde a abertura da piscina, até hoje nunca houve um verão tão intenso de calor. É isto que cria movimento. Com o calor procura-se a água. Com o calor invade-se os espaços de veraneio. -----

----- Essa reportagem também trazia uma fotografia espetacular que abrange parte do espaço desse pulmão verde que serve de ex- líbris á união de freguesias. -----

----- No entanto, Sra. Presidente nem tudo são rosas como sabe. Experimente mandar o fotógrafo tirar uma fotografia a esse mesmo espaço, mas do lado da variante. É outro mundo. Quem passa na variante esbarra nos painéis publicitários não conseguindo ver a beleza que está por detrás desses tapumes. -----

----- Quando na Assembleia de Setembro de 2014, eu coloquei a questão de um painel estar com três sapatas dentro da área da piscina, o caso foi resolvido pela Sra. Presidente mandando retirá-lo. É isto que se quer. Ouvia o eleitor e agiu com determinação. -----

----- Agora, fiquei e estou surpreendido, quando passado algum tempo vejo outro colocado totalmente dentro, ainda mais frontal, a causar invisibilidade do espaço a quem viaja na variante e aos que andam a pé pela zona, causando náuseas visuais. O argumento fica por aqui. -----

----- Sra. Presidente, a janela que gosta de abrir conforme disse para respirar ar puro, " não me esqueço, destas suas palavras "quando se levanta, por vezes é preciso atitude e corrigir o que provoca mal-estar. Como se consegue? Limpando a zona. -----

----- Penso que o desempenho das suas funções, Sra. Presidente lhe permite mandar deslocar toda a tralha para lá da passagem aérea da variante por exemplo. Exceção ao painel da farmácia como indica virar à direita, a sua colocação para não estorvar ficaria para a beira do pavilhão da EB 2/3. "A opinião é minha". -----

----- Outro pormenor: Mande retirar a rede verde (pano) para dar outra visibilidade ao espaço porque a sebe é densa. E assim desaparece a ideia que o espaço está em obras.-----

----- Caso a publicidade dos painéis ainda seja do domínio da Câmara, é só falar c/o Sr. vereador do ambiente, que ele concordará com essa remoção. Foi assim que procedeu na cidade, retirando os clandestinos, deslocando outros por causa do impacto visual e criando normas regulamentares para o futuro.-----

----- Para terminar Sra. Presidente, elogio o trabalho desenvolvido junto á Caixa Geral Depósitos, ao colocar as floreiras, evitando assim o acesso c/carro ao multibanco e lojas. -----

----- Também foram colocados uns arbustos junto ao espaço verde para de futuro evitar os atalhos criados pelos desrespeitantes da natureza. Em vão. Só há uma solução: Colocar um corrimão do género do que está em frente ao Jardim do Monte, desde as escadas até ao poste de luz e outro do poste de luz até ao poste dos telefones. -----

----- Caso nada seja feito, continuará esse espaço verde com carreiros de atalho provocados por quem acede ao multibanco e CGD tornando esse espaço desagradável aos olhos das pessoas. -----

----- Com os meus cumprimentos. Eleitor de Nogueira n.º545 – José Barbosa Ferreira – 2016/09/30". -----

----- Terminada esta intervenção, o cidadão José Barbosa Ferreira questionou ainda a Presidente da Junta de Freguesia acerca da limpeza das ruas da Freguesia, pois, no início do mês disse

carv
A

ter-se dirigido aos serviços administrativos da Junta para solicitar a limpeza e o corte da relva da rua onde mora, e até ao momento nada tinha sido limpo. -----

----- Terminada esta intervenção, o Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente da Junta que cumprimentou os presentes, agradeceu as recomendações que o cidadão José Barbosa Ferreira teceu e acrescentou que as iria ter em conta. No que respeita à limpeza da Freguesia, reconheceu que apesar do esforço que é feito para manter tudo limpo, até ao momento não se tem conseguido. Disse ser necessário distinguir a limpeza dos espaços verdes e a poda das árvores da limpeza das ervas nos passeios e arrumamentos, pois nem tudo é da responsabilidade da Junta. Assim, no que respeita às podas das árvores e espaços verdes, disse que estes serviços são feitos pelos colaboradores da Junta e que a experiência tem ajudado a melhorar a mesma, no que respeita à limpeza das ervas nas ruas e passeios disse que a Câmara paga um valor elevado à AGERE para que os seus colaboradores adstritos às Freguesias as limpem das ervas e do lixo. Continuou, afirmando que tem insistido junto da AGERE para que os passeios e as bermas sejam limpos, o que não tem acontecido, pois têm sido limpas pela Junta. Na sequência desta situação, disse já ter sugerido à Câmara que a verba que entrega à AGERE a transfira para a Junta e a Junta procede à limpeza dos passeios e bermas, pois esta situação tem que ser resolvida. -----

----- Terminada esta intervenção, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Tesoureiro da Junta que disse que gostaria de esclarecer o Senhor José Barbosa Ferreira no que respeita às observações feitas à Piscina. Assim, relativamente à rede lá existente, e independentemente da análise estética, disse que a mesma se encontra lá com o propósito de impedir o acesso à piscina pois, apesar de no recinto se encontrar permanentemente a Polícia, constatou-se que havia trocas de "coisas" através do separador da piscina com a rua. No que respeita ao painel publicitário da Farmácia esclareceu que o mesmo se encontra lá ao abrigo de um Protocolo com a mesma, no qual, a troca da sua colocação, esta fornece os materiais necessários ao abastecimento do Posto de Enfermagem existente na Piscina, em cada uma das Escolas da Freguesia (5), em cada um dos Postos de Atendimento (3), bem como o Gabinete de Enfermagem ao serviço da população. -----

----- Terminado este esclarecimento, o Presidente da Assembleia passou a palavra à cidadã Ana Carina Graça que disse que a sua questão se prende com a rua na qual reside (Calçada do Espírito Santo - Nogueira). Disse que esta rua é uma rua em paralelo com um único sentido e apresenta duas graves situações: uma prende-se com o estacionamento abusivo (devido à existência de um café) impedindo os moradores de acederem às suas habitações; a outra questão com a inexistência de águas pluviais, o que significa que quando chove a rua fica intransitável, pois fica completamente alagada. Continuou dizendo que na rua existe uma habitação que tem piscina que, quando é esvaziada, também alaga a rua. A cidadã terminou a sua intervenção dizendo que em 2013 já havia levantado esta questão e, como nada foi feito, pediu a intervenção da Junta para resolver esta questão. -----

----- O Tesoureiro da Junta tomou a palavra para dizer que, no que respeita à questão das águas pluviais, já tinha conhecimento da situação e já há dois anos atrás que a Junta tinha solicitado à

Câmara de Braga uma intervenção para resolver este problema. Continuou dizendo que a obra da Calçada do Espírito Santo, da Travessa do Espírito Santo e da Rua de Penouços já estão contempladas numa segunda fase das obras das águas pluviais que já estão a decorrer na Rua do Espírito Santo. Na questão das descargas efetuadas pela piscina, disse que se iria fazer o apontamento da situação para, posteriormente, se pedir a intervenção da Divisão da Fiscalização da Câmara. Relativamente ao estacionamento, passou a palavra à Presidente da Junta que pediu para se agendar um encontro no local para, conjuntamente, se apresentar uma proposta à Câmara no sentido de se resolver este problema de falta de civismo. -----

----- Terminada esta intervenção, e não havendo mais questões a serem levantadas, o Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período Aberto ao Público. Antes de iniciar o ponto seguinte, quis prestar um esclarecimento acerca do ponto de situação das solicitações elaboradas pelo Partido Socialista na Assembleia Ordinária de 28/04/2016 à Junta de Freguesia. Assim disse que há documentos que foram disponibilizados para consulta imediata mas que, devido à dúvida relativamente a outros, foi solicitado um parecer à CADA (*Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos*). Tendo chegado já informação desse parecer, a Presidente da Junta disponibilizou-se para apresentar os documentos solicitados, desde que seja feito o agendamento antecipado. -----

----- A Deputada Susana Rafaela Ferreira Leite, porta-voz do **PS**, disse que vão procurar uma data que seja conveniente para todos para poderem consultar os elementos solicitados. -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente da Assembleia passou para o **Ponto B** da ordem de trabalhos **Período Antes da Ordem do Dia**, tendo perguntado aos Deputados se alguém queria intervir. -----

----- A Deputada Susana Rafaela Ferreira Leite, porta-voz do **PS**, disse que gostaria de levantar algumas questões, relativamente à Localidade de Fraião, questões essas que se encontravam no manifesto eleitoral da *Coligação Juntos Por Braga* e que, como até ao momento não foram realizadas e o Mandato se encontra a terminar, quis saber qual a intenção da Junta. Assim: -----

----- 1) Questionou relativamente à intenção de se construírem, ou não, os sanitários de apoio ao Cemitério de Fraião; -----

----- 2) Perguntou acerca da 2ª Fase do Adro da Igreja de Fraião; -----

----- 3) Interrogou quanto ao estado dos fontanários da Rua da Boavista, pois um deles não tinha água e outro está a ser utilizado como casa de banho; -----

----- 4) Solicitou informações acerca do Jardim (espaço verde) no Lugar da Quinta. -----

----- Às questões levantadas, a Presidente da Junta disse: -----

----- 1) Os sanitários de apoio ao Cemitério em Fraião não faziam parte do seu manifesto eleitoral, pois nunca equacionou essa questão na medida em que, normalmente, os sanitários existem em locais onde há Igrejas e/ou Capelas Mortuárias. Para além disso, diz entender que uma casa de banho junto a um cemitério, que é uma zona sem vigilância, será um local suscetível de ser vandalizado, ou, para não o ser, é necessário ter alguém que, dentro do período de abertura, o vigie. Continuou dizendo que, efetivamente, este é o único entrave desta questão pois desde que esta sugestão foi feita pelo PS, averiguou acerca da viabilidade desta construção

e pensa não haver qualquer entrave à sua construção, pois entende que poderá contar com a colaboração da Câmara Municipal. -----

----- 2) Acerca da 2ª Fase do Adro da Igreja de Fraião disse que o processo já podia estar mais avançado do que está, não fossem os entraves levantados por cada um dos elementos do Conselho Económico da Igreja, que não se entendem entre si. O projeto da obra que foi apresentado foi rejeitado, pois cada um queria intervenções diferenciadas. Não obstante, a Câmara Municipal comprometeu-se a elaborar um novo projeto para voltar a ser analisado, o que deve acontecer tendo presente que houve várias alterações legislativas e, no âmbito do enquadramento legal atual, os adros das igrejas deixaram de ser responsabilidade das Freguesias para serem responsabilidade dos proprietários dos terrenos, que nesta situação concreta é a Igreja. Neste âmbito, para resolver esta questão seria importante que todos se entendessem e procurassem uma solução conjunta para a sua resolução. Disse que a Junta pretende manter o que havia prometido – a promoção da construção desta 2.ª Fase – mas afirmou que só com o bom senso dos envolvidos é que seria possível. Terminou dizendo que o que seria desejável é que não voltasse a acontecer o que aconteceu com a construção da nova Igreja de Fraião: demorou anos a construir pela falta de entendimento entre os elementos da Comissão Fabriqueira (isto é do Conselho Económico da Igreja); -----

----- 3) Relativamente aos fontanários da Rua da Boavista disse que a água que os abastecia tinha desaparecido em 2011 e desconhecia onde se encontrava. No entanto, como o Deputado Alberto Barroso Afonso lhe disse ter conhecimento da sua localização solicitou-lhe a sua ajuda para lhe indicar e assim reaver a água, ativando, desta forma os fontanários em questão. Continuando, disse que aquela zona da Boavista é abastecida por 2 veios de água – um que abastece o tanque público, outro que passa ao lado deste e que servirá para regar a Horta Comunitária (cujo concurso de ocupação se irá iniciar). Havia um terceiro veio de água que abastecia os fontanários públicos mas que desapareceu com as urbanizações que foram sendo feitas. Terminou dizendo que só depois de a Junta ter conhecimento da localização da água é que pode ser responsabilizada pelo seu encaminhamento para os fontanários, e nessa medida é seu entendimento que o Deputado Alberto Barroso Afonso tem a obrigação de indicar a sua localização, que afirma ser do seu conhecimento; -----

----- 4) Acerca do Jardim (espaço verde) no Lugar da Quinta, disse que tem batalhado para resolver esta situação, que já é uma promessa de longa data, mas que até agora ainda não conseguiu. Terminou dizendo que, não podendo adiantar mais nada, espera que esteja para breve a sua resolução. -----

----- Terminado este esclarecimento, o Tesoureiro da Junta pediu a palavra para dizer que gostava de fazer uma observação relativamente à questão do Adro da Igreja de Fraião. Assim, disse que quando se procedeu à conclusão da 1.ª fase, foram desenvolvidas conversas exploratórias com os membros do Conselho Económico da Igreja com o intuito de se antecipar as necessidades por si sentidas e a inclusão, no projeto a elaborar, das intervenções a fazer. O projeto apresentado – e rejeitado – contemplava as indicações fornecidas nessa auscultação, e,

no entanto foram agora rejeitadas. Terminou dizendo que a mudança de ideias sobre os projetos iniciais é um direito de cada um, que se torna um problema de todos. -----

----- Não havendo mais questões a serem esclarecidas, o Presidente da Assembleia passou a palavra à Deputada Bárbara Seco de Barros da **CDU**, que iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e a seguir disse que gostaria de propor a recuperação (concretamente no que respeita ao melhoramento da iluminação aí existente) do ringue desportivo sito por cima da Rua da Agrinha (Nogueira), que se encontra localizado numa zona residencial onde existem muitas crianças e jovens. Disse que tinham chegado ao seu conhecimento várias queixas acerca do estado degradado desse espaço (pouca luz e inexistência da rede de vedação), e, em simultâneo uma série de projetos (dos moradores da zona) de utilização desse ringue, tendo dito que aconselhou as pessoas a dirigirem-se à Junta para os apresentarem. Terminou dizendo que o reforço de iluminação torna os espaços mais seguros e também se deveria estender a outros espaços existentes (que podem ser utilizados como zonas de lazer) nas outras duas localidades da Freguesia. -----

----- À exposição apresentada, a Presidente da Junta agradeceu a intervenção da Deputada Bárbara Seco de Barros, e disse que iria ter em consideração as propostas apresentadas, tendo reconhecido que já tinha solicitado o reforço da iluminação daquela zona. Relativamente a outros espaços existentes, disse que é intenção do Executivo proceder à requalificação de vários espaços existentes, tornando-os aprazíveis para serem usados. -----

----- O Tesoureiro da Junta pediu a palavra para acrescentar que, no âmbito das reclamações apresentadas pelos cidadãos, a questão da iluminação pública é a que mais preocupa a Junta na medida em que é a que apresenta a resolução mais difícil. -----

----- Terminado este esclarecimento, o Deputado André Manuel Gomes de Matos do **CEM** iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e disse que, como não tinha estado presente na última sessão de Julho, queria fazer referência ao bom trabalho executado no ordenamento de trânsito levado a cabo na Rua Eng.º Vila Lobos pois, no seu entender, supriu as dificuldades existentes na rua. -----

----- A Deputada Anabela Pires Ribeiro Teixeira Romão da **Coligação Juntos por Braga** pediu a palavra para dizer que, apesar do reordenamento de trânsito na Rua Eng.º Vila Lobos ter sido feito, a falta de civismo das pessoas impede que o problema do congestionamento de trânsito e do estacionamento abusivo se resolva naquela zona. -----

----- Terminada esta observação, o Deputado Eduardo Filipe Barbosa de Araújo da **Coligação Juntos por Braga** solicitou a palavra e iniciou a sua intervenção agradecendo as exposições dos cidadãos José Barbosa Ferreira e Ana Carina Graça e a receptividade do Executivo no acolhimento das suas preocupações, dizendo ainda que estava convicto de que as mesmas seriam atendidas. Concordando de que o Executivo não tem competência legal para resolver as questões relacionadas com o ordenamento do trânsito e do estacionamento, disse que poderá haver situações que poderão ser resolvidas com alguma imaginação. Assim, continuou dizendo que gostaria de salientar as seguintes situações (na Localidade de Fraião): -----

----- 1) estacionamento em cima das passadeiras e curvas da rotunda junto ao LIDL e Media Market: os consumidores da água da Fonte das Águas Férreas estacionam de forma indevida para irem buscar água à fonte, tornando o trânsito caótico pois é uma zona que *per si* já possui muito tráfego e as passadeiras são utilizadas de forma constante por muitas pessoas a pé e de bicicleta. Nesta situação disse que se poderia aproveitar o placard lá existente para se tentar sensibilizar, de alguma forma, os utilizadores da fonte a não estacionarem em cima das curvas e passadeiras; -----

----- 2) túnel junto à Calçada dos Padres (que vai em direção ao Espadanido): disse reconhecer ser uma zona complicada, que tem pouca segurança mas que se houvesse uma solução para esse túnel evitaria caminhadas de 2 Km para aceder à zona do Espadanido. -----

----- Após esta exposição, o Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente da Junta que, relativamente à primeira questão levantada, disse que o Hipermercado Continente não se importava que o seu parque de estacionamento junto à Fonte fosse utilizado pela população que vai buscar água. No entanto, na questão relativa à solução para o problema do trânsito disse que teria que questionar a Divisão de Trânsito do Município de Braga. -----

----- No que respeita ao túnel da Calçada dos Padres, a Presidente da Junta disse que já tinha solicitado à Câmara Municipal a colocação de uns portões para vedar o acesso à rua, mas esta sugestão não foi acolhida. Reconheceu não ter uma solução para esse problema, a não ser a sua eliminação, e terminou dizendo que iria voltar a insistir com o Município para tentar encerrar a rua. -----

----- Antes de dar início à Ordem do Dia, o Tesoureiro da Junta pediu a palavra para apresentar a seguinte explicação: disse que a sua intervenção estava relacionada com a preparação do próximo orçamento para 2017 que será apresentado na próxima sessão ordinária da assembleia. Assim, explicou que por imposição legal, a partir de 2017 haverá uma alteração no sistema contabilístico das entidades públicas, deixando-se de se utilizar o *POCAL* para se passar a utilizar o *SNC-AP*. Disse que este novo sistema irá permitir uma informação financeira melhor para se compreender a atividade das entidades, e explicou que há um problema associado a esta nova realidade pois, apesar dos orçamentos terem que ser feitos em *POCAL*, a partir de Janeiro de 2017 eles terão que ser trabalhados em *SNC-AP*, o que significa que terão que ser convertidos e autorizados, novamente, pela Assembleia de Freguesia. Para se resolver o problema de hiatos temporais e evitar que a Freguesia pare, informou que o orçamento para 2017 será preparado nos dois sistemas contabilísticos (*POCAL* e *SNC-AP*) e que a Junta está disponível para ajudar a Assembleia a perceber estas duas realidades, antes de os documentos previsionais serem submetidos a escrutínio. -----

----- Não havendo mais nenhuma questão a levantar pelos Grupos Parlamentares, o Presidente da Assembleia deu continuidade à sessão passando de imediato à Ordem do Dia, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação e votação da Ata n.º 17 – Mandato de 2013-2017, da Sessão Ordinária de 01 de Julho de 2016 (DOC. 1 em anexo);** -----

----- **Ponto 2 – Proposta n.º 1 – Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com o Município de Braga para a execução da obra denominada “Águas soltas na Travessa Pascoal Fernandes – Trabalhos complementares – Lamações”** (DOC. 2 em anexo); -----

----- **Ponto 3 – Proposta n.º 2 – Revisão Orçamental n.º3 – Orçamento da Receita** (DOC. 3 em anexo); -----

----- **Ponto 4 – Proposta n.º 3 – Revisão Orçamental n.º4 – Orçamento da Receita** (DOC. 4 em anexo); -----

----- **Ponto 5 – Proposta n.º 4 – Revisão Orçamental n.º5 – Orçamento da Despesa** (DOC. 5 em anexo); -----

----- **Ponto 6 – Informações da Senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da autarquia** (DOC. 6 em anexo); -----

----- **Ponto 7 – Outros assuntos.** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou aos deputados se tinham recebido a documentação relativa a esta sessão e tendo confirmado que todos a tinham recebido passou, de imediato, para o **ponto 1** da ordem de trabalhos – **Apreciação e votação da Ata n.º 17 – Mandato de 2013-2017, da Sessão Ordinária de 01 de Julho de 2016**. Perguntou se alguém queria intervir, e, a Deputada Susana Rafaela Ferreira Leite do **PS** disse que gostaria apenas de fazer uma observação pois disse ser a primeira vez que verificou que um documento que vem indicado como se encontrado em anexo é transcrito. Assim, disse não entender por que motivo as “*Informações da Senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da autarquia*” foram transcritas, quando se constituem como o Documento 4 em anexo. -----

----- A esta observação, o Presidente da Assembleia disse que a questão levantada não era impeditiva para colocar a ata à votação, pelo que perguntou aos restantes deputados se queriam corrigir mais alguma situação. -----

----- O Deputado André Manuel Gomes de Matos do **CEM** disse que queria apenas fazer duas observações pois, não tendo estado presente na reunião não podia tecer comentários quanto ao seu conteúdo mas iria fazer à sua forma. Assim, disse que no *ponto 4* da página 3 havia um erro ortográfico pois a palavra não se escreve “fato” mas “facto”. Acrescentou ainda que, de acordo com o n.º3, do art.º34 Código do Procedimento Administrativo, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 4/2015 de 07/01, não participam na votação da ata os membros que não tenham estado presentes. Assim, a Deputada Eduarda Paula Lopes dos Santos, mencionada no 2.º parágrafo da página 5, não vota na mesma não por opção mas porque não pode. Fez ainda uma última observação, dizendo que concordava com a Deputada Susana Rafaela Ferreira Leite do **PS** no que respeita à transcrição de um documento que se encontra em anexo. -----

----- Terminadas estas observações, o Presidente da Assembleia tomou a palavra para dizer que, no que respeita à observação da posição de votação da Deputada Eduarda Paula Lopes dos Santos, a questão aqui não é o facto de a Deputada poder ou não votar. As atas são documentos nos quais são relatados os acontecimentos que ocorreram. No que respeita à situação em

concreto, no dia da sessão, a Deputada quis justificar a sua abstenção e a ata só tem que fazer referência ao facto que aconteceu e não referir a legalidade ou não das situações. -----

----- O Tesoureiro da Junta pediu a palavra para dizer que por vezes há questões relacionadas com formalismos legais, tão ou mais importantes do que o que está em discussão, e a mesa da Assembleia não tem levantado entraves. A título de exemplo, referiu que as substituições de Deputados não se podem fazer simplesmente porque o eleito efetivo, ao receber a convocatória responde simplesmente que não pode estar presente. Há formalismos legais para responder às situações, e não se pode confundir “flexibilidade” com ilegalidade. -----

----- Concluindo que há várias situações que necessitarão, no futuro, de serem observadas com mais rigor e não havendo mais nada a acrescentar nem a corrigir na ata em análise, o Presidente da Assembleia colocou este ponto à votação que foi aprovado com um total de 7 votos, sendo 4 votos do **PPD/PSD-CDS/PP-PPM**, 1 da **CDU** e 2 do **PS**. -----

----- Para que fique registado, os restantes elementos presentes não votaram porque não estiveram presentes na sessão relatada na ata em votação. -----

----- Dando continuidade à sessão, o Presidente da Assembleia passou de imediato ao **ponto 2** da ordem de trabalhos – **Proposta n.º 1 – Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com o Município de Braga para a execução da obra denominada “Águas soltas na Travessa Pascoal Fernandes – Trabalhos complementares – Lamações”** – e passou a palavra à Presidente da Junta que disse que o documento apresentado neste ponto da ordem de trabalhos respeita à regularização dos trabalhos a mais, necessários a realizar, na obra acima identificada, que não estavam previstos na orçamentação inicial. -----

----- Não havendo mais nada a acrescentar nem esclarecimentos a proferir, o ponto 2 foi colocado à votação e foi aprovado por maioria com 8 votos a favor (6 votos do **PPD/PSD-CDS/PP-PPM**, 1 voto da **CDU** e 1 voto do **CEM**) e 3 abstenções do **PS**. -----

----- Dando seguimento à sessão, o Presidente da Assembleia apresentou o **ponto 3** – da ordem de trabalhos – **Proposta n.º 2 – Revisão Orçamental n.º3 – Orçamento da Receita** e passou a palavra ao Tesoureiro da Junta que justificou a revisão apresentada com a necessidade de criar uma rubrica nova que não estava prevista no orçamento inicial. Explicou que esta situação surgiu pelo facto de haver notas de créditos de fornecedores que são necessárias receber. -----

----- A Deputada Bárbara Seco de Barros da **CDU** solicitou informação relativa ao valor associado a esta revisão, bem como às que são apresentadas a seguir, e sugeriu que de futuro todas as revisões, desde que os valores sejam conhecidos – como é o caso desta que se apresenta – sejam dados a conhecer. -----

----- O Deputado Eduardo Filipe Barbosa de Araújo **Coligação Juntos por Braga** disse que, não invalidando o fornecimento da informação relativa aos valores em questão, devem ser feitas salvaguardas na medida em que, estando as rubricas abertas, a informação é mutável até ao encerramento do ano. -----

----- O Deputado André Manuel Gomes de Matos do **CEM** perguntou se as revisões não poderiam ser aglomeradas num texto único e mais explicativo, ao que o Tesoureiro respondeu que, uma

vez que se tratam de revisões de naturezas diferenciadas essa aglomeração não fazia sentido e, em simultâneo, a apresentação especificada das revisões permite uma liberdade de voto individualizada não comprometendo nenhuma das rubricas. -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, o ponto 3 foi colocado à votação e foi aprovado por maioria com 8 votos a favor (6 votos do **PPD/PSD-CDS/PP-PPM**, 1 voto da **CDU** e 1 voto do **CEM**) e 3 abstenções do **PS**. -----

----- Dando seguimento à sessão, o Presidente da Assembleia apresentou o **ponto 4 – Proposta n.º 3 – Revisão Orçamental n.º4 – Orçamento da Receita**, e o Tesoureiro da Junta justificou a inscrição desta rubrica no orçamento pelo facto de no orçamento inicial ser inexistente. Continuou dizendo que, esta rubrica, visa contemplar a indemnização que a Junta receberá duma companhia de seguros na sequência de um acidente de viação, e corresponderá a 1.190,00€ que respeita ao custo da reparação do abrigo de passageiros que foi destruído. Terminou dizendo que este é o valor atual, não podendo assegurar que até ao final do ano ele não possa ser alterado, pelo recebimento de outras indemnizações. -----

----- Após esta explicação, a Deputada Bárbara Seco de Barros da **CDU** agradeceu o esclarecimento do Tesoureiro e acrescentou que a informação relativa ao valor da rubrica não é só útil neste momento, mas também já pode ser considerada como uma explicação antecipada da análise dos documentos da prestação de contas pois, nessa altura, se se verificar que a rubrica em questão não apresenta este valor, poderá questionar-se sobre o que é que mais se recebeu. Terminou dizendo que esta informação só torna os processos mais transparentes.-----

----- Antes de ser colocado à votação, a Deputada Susana Rafaela Ferreira Leite do **PS** questionou se estas revisões ainda estavam enquadradas no âmbito do **POCAL** ou se já estavam inseridas no **SNS-AP**, ao que o Tesoureiro da Junta respondeu que só a partir de Janeiro de 2017 é que estaria em vigor o **SNS-AP**, pelo que as revisões apresentadas ainda o são no âmbito do **POCAL**. -----

----- Nada mais havendo a dizer, o ponto 4 foi colocado à votação e foi aprovado por maioria com 8 votos a favor (6 votos do **PPD/PSD-CDS/PP-PPM**, 1 voto da **CDU** e 1 voto do **CEM**) e 3 abstenções do **PS**. -----

----- No **ponto 5 – Proposta n.º 4 – Revisão Orçamental n.º5 – Orçamento da Despesa**, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Tesoureiro da Junta para que apresentasse as justificações necessárias ao seu entendimento. Assim, o Tesoureiro da Junta disse, mais uma vez, que a introdução desta rubrica no orçamento atual se deve ao facto de ela não ter sido contemplada inicialmente, e justificou-a – *Formação dos funcionários* – como uma obrigatoriedade legal, tendo acrescentado o valor, atualmente existente, é de 90,00€. -----

----- Como não houve necessidade de prestar esclarecimentos adicionais, o ponto 5 foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com 8 votos a favor (6 votos do **PPD/PSD-CDS/PP-PPM**, 1 voto da **CDU** e 1 voto do **CEM**) e 3 abstenções do **PS**. -----

----- Dando continuidade à sessão, procedeu-se à leitura do **Ponto 6 – Informações da Senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da autarquia**, e o Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente da Junta, que iniciou a sua intervenção dizendo que,

apesar de os Deputados já terem as informações escritas na sua posse, as iria ler para que o público presente tivesse conhecimento delas.-----

----- Depois da leitura das atividades desenvolvidas, a Presidente da Junta disse que queria ainda fazer algumas observações. Assim: -----

----- 1) Rua do Pinheiro e da Igreja (Lamações): informou que foi iniciado o concurso público (cuja cópia do procedimento publicado em *Diário da República* foi distribuída pelos deputados presentes) para entrega de propostas (que termina no dia 27) para realizar as intervenções necessárias nestas ruas, e, o valor da obra é de 149.624,03€. Não havendo contestações a obra será entregue a quem ganhar o concurso e terá que ser concluída no período de 120 dias; -----

----- 2) Informou que se encontra concluído o projeto do Jardim da Quinta da Bem Posta, seguindo de imediato os trâmites legais para a sua construção; -----

----- 3) Convidou os presentes a participarem na atividade "*Semana do Mundo Rural*" promovida pelo Município de Braga e na qual a Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações participa, nomeadamente apelou à participação no Cortejo Etnográfico que se realizará no Domingo e no qual estarão dois carros alegóricos – cuja organização está entregue aos dois ranchos folclóricos da Freguesia – representado duas situações das vivências rurais: a vindima e a desfolhada. -----

----- Terminada esta apresentação, o Deputado André Manuel Gomes de Matos do **CEM** pediu a palavra para dizer que considerava um exagero a leitura em voz alta das atividades levadas a cabo pela Junta, uma vez que as mesmas são distribuídas aos deputados, conforme estipulado na lei. Continuou dizendo que, se a Junta pretende informar a população, então deveria utilizar meios alternativos para o fazer nomeadamente via Facebook ou até fazendo fotocópias e distribuí-los pelo público. Terminou dizendo que não considerava razoável ter que ouvir a lista extensa de informações quando a mesma já tinha sido fornecida por escrito. -----

----- A esta observação, o Presidente da Assembleia disse que era seu entendimento que, por um lado a Presidente da Junta tinha legitimidade para apresentar oralmente as atividades desenvolvidas pela Junta – até porque desconhecia qualquer normativo legal que o proibisse – por outro, o público tinha o direito de as ouvir para ficar informado. -----

----- Pedindo a palavra, a Presidente da Junta disse que lia estas atividades porque era seu entendimento que o público, estando presente, tem todo o direito de ser informado acerca da atividade da Autarquia. -----

----- O Secretário da Junta, também solicitando a palavra disse que, à semelhança do que a Presidente da Junta já havia afirmado, a população deve ser respeitada e uma vez que fica até ao final da sessão da assembleia também deveria ter conhecimento das informações sobre a atividade da Junta. Continuou dizendo que, se o Deputado André Manuel Gomes de Matos entendia que era uma maçada voltar a ouvir a informação, então se calhar deveria sair da sala no momento da leitura e regressar depois, o que não podia era impedir de o público ser informado. -----

Pág. 2

----- Terminadas as observações feitas à questão levantada, e não havendo a necessidade de serem prestados esclarecimentos acerca das atividades desenvolvidas, e não havendo mais assuntos a discutir no **Ponto 7 – Outros assuntos**, o Presidente da Assembleia pediu a aprovação da ata em minuta, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, da qual se lavrou a presente ata, constituída por 12 páginas e 6 documentos anexos, devidamente numerados e rubricados pelo Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Assembleia de Freguesia.-----

----- Presidente: Carlos Beirão Domingos Teixeira dit-----

----- Primeiro Secretário: Chabela Roldão Gomes-----

----- Segundo Secretário: Ana Daniela Oliveira Pereira-----

